

PT tenta negociar acordos em torno de suas propostas básicas

por João Alexandre Lombardo
de São Paulo

Confirmada a vitória do candidato Luiz Inácio Lula da Silva, para disputar o segundo turno da eleição presidencial com o ex-governador Fernando Collor de Mello, o PT enfrenta, a partir de hoje, um desafio cujo desfecho poderá contribuir para a sua derrota ou vitória na corrida sucessória: a formação de uma aliança com os setores progressistas, representados pelo PDT, PCB, PSDB e até por parte do PMDB, partidos cujos candidatos conquistaram o voto de grande parcela dos eleitores brasileiros. Para selar esta aliança, o PT espera discutir um programa de governo que não descaracterize as propostas que deram vitória a Lula no primeiro turno, mas abra espaço para a incorporação de idéias defendidas por estes setores e partidos.

"Alianças políticas são sempre complicadas, dão trabalho. Mas isso não quer dizer que elas sejam impossíveis", declarou ontem o líder do PT na Câmara, deputado Plínio de Arruda Sampaio, depois de uma longa reunião da executiva nacional do partido, em São Paulo, para discutir exatamente este assunto. A virada de Lula, que até as 15h35 de ontem se manteve na terceira colocação no quadro sucessório, atrás do pedetista Leonel Brizola, arrancou gritos e aplausos dos 17 membros da executiva petista presentes à reunião, colocando um ponto final no clima de expectativa que se prolongou por quatro dias no partido.

"As forças populares venceram o primeiro turno da eleição", comemorou o deputado estadual José Dirceu, secretário-geral do PT. Uma ausência foi muito sentida na sede nacional do partido: a do próprio Luiz Inácio Lula da Silva, que preferiu comemorar a vitória com a família, num sítio em Monte Alegre do Sul, interior paulista. Lula viajou para lá na noite de sexta-feira, a fim de recuperar energias para a segunda fase da campanha. Hoje, ele concede entrevista coletiva na capital paulista e fala da estratégia para tentar derrotar Collor.

O PT já definiu duas das muitas estratégias que lançará mão para buscar a

Presidência da República: tentar conquistar os votos dos eleitores mais pobres, que optaram pelos candidatos Paulo Maluf, do PDS, e Collor de Mello, no primeiro turno, e buscar votos na classe média. "Vamos travar a batalha do pobre, contra o rico e criar bases nas camadas médias", afirmou José Dirceu. Para isso, o partido entrará num verdadeiro corpo-a-corpo com os eleitores das periferias das grandes cidades, e também com aqueles que moram nas médias e pequenas cidades.

Na propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, o partido já tem informações sobre a estratégia de seu adversário, que deverá apresentar-se como o representante das forças modernas, contra as forças atrasadas. Para contrapor esse discurso, o PT preten-

de ir buscar no passado dos dois candidatos os fatos capazes de mostrar quem está mais credenciado para representar as forças populares. "Collor de Mello é o continuísmo e a manutenção dos privilégios das elites. Lula, ao contrário, encarna o novo, o progresso e a esperança de um Brasil definitivamente livre do autoritarismo e da marginalização social", afirma uma nota oficial divulgada pela executiva logo após a virada de Lula. Antecipadamente, o deputado José Dirceu procurou se defender de possíveis ligações entre o PT e o comunismo dos países do Leste europeu. "Nós não temos nada a ver com o socialismo burocrata, ao stalinismo", declarou. O PT, segundo ele, é um partido comprovadamente democrático.

Para negociar um programa mínimo de governo, o PT pretende abrir a discussão em torno dos 13 pontos defendidos na campanha por Lula. A celebração da aliança com o PDT, PCB, PSDB e setores progressistas do PMDB ampliaria a Frente Brasil Po-

pular, que poderá passar a ser chamada de "Movimento Brasil Popular". Além do programa, o PT pretende buscar nesses partidos pessoas para ocupar cargos na administração federal, portanto em ministérios, conforme admitiu o próprio Lula antes de viajar.

A seguir, os 13 pontos em torno dos quais o PT pretende discutir a aliança com os partidos progressistas: democratização do Estado e da sociedade; distribuição da renda e elevação dos salários; suspensão do pagamento da dívida externa; reforma agrária e um novo modelo agrícola; desprivatização do Estado e moralização da administração pública; combate à especulação financeira; estabelecimento de limites para a ação do capital estrangeiro; subordinação do poder militar ao poder civil; salvação da Amazônia e defesa da vida; definição de uma nova política energética; reforma urbana e política habitacional; política externa soberana e defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores.